



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes –
Zona Cívica Administrativa – CEP: 70.150-900
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

**Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as
Mulheres – PNPM**

Ajuda-Memória – 39ª Reunião Ordinária

DATA: 14/07/2011, de 09h00min às 13:00h.

LOCAL: Auditório da Secretaria de Políticas para as Mulheres – Brasília/DF

Participantes:

- Ana Margarida Koatz - **MCid**
- Andréa Azevedo – **ONU Mulheres**
- Andrea Lorena Butto Zarzar - **MDA**
- Berenice Rosa - **representante de Campinas/SP dos organismos executivos municipais**
- Cecília Teixeira – **representante do RJ dos organismos executivos estaduais**
- Cristina Queiroz – **SPM**
- Cristina Gross Villanova - **MJ**
- Elisabeth Marins – **IPEA**
- Elza Maria Campos - **CNDM**
- Gabriela Parente – **SPM**
- Gleidy Ribeiro – **SG/PR**
- Joyce del Frari - **Secom**
- Léia Bezerra do Vale - **FUNAI**
- Liliane Brum – **MS**
- Luis Fujiwara – **ONU Mulheres**
- Magaly Correia Marques – **Casa Civil**
- Maria Aparecida - **MS**
- Maria Carolina Alves - **MDS**
- Mariana Mazzini – **SPM**
- Monica Oliveira - **Seppir**
- Renata Rossi – **SPM**
- Rodrigo de Oliveira Júnior – **MEC**
- Rosa de Lourdes - **CNDM**
- Salete Valesan Camba – **SDH**
- Sérvio Túlio – **SPM**
- Silvana Verissimo - **CNDM**
- Sônia Miguel – **SPM**

- Tatau Godinho - **SPM**
- Vanessa Abritta – **SG/PR**
- Vera Lúcia de Oliveira – **MAPA**

1. Abertura

A coordenadora do Comitê, a subsecretária de Planejamento, Renata Rossi, agradeceu a presença de todas e todos e deu início à reunião.

2. Aprovação da Memória da 38ª Reunião.

Foi proposta aprovação, por parte da totalidade do Comitê, da **Memória da 38ª Reunião Ordinária do Comitê**. Indicou-se que esta foi construída para ser bastante sintética, com menos registro de debates, e foram contempladas todas as demandas de inserção recebidas, quanto às versões intermediárias da ata divulgadas aos membros do Comitê. A Memória em questão foi considerada aprovada pela plenária.

3. Informes

Seguindo pauta previamente comunicada aos/às participantes, Renata Rossi deu início aos informes. Renata Rossi informou que grande parte das indicações de representantes para o Comitê pelos órgãos já foram efetuadas, restando, contudo, com algum tipo de pendência as indicações dos órgãos que passou a listar, quais sejam: MDS, MJ, MME e Seppir, as quais devem ser sanadas para possibilitar a publicação da Portaria de Publicação sobre a nova composição do Comitê. Em resposta, os dois primeiros afirmaram ter modificações a fazer quanto às indicações, e a última se comprometeu a enviar indicação para a suplência. Ana Margarida, representante do Mecd, declarou ter igualmente que fazer modificações e se comprometeu a enviar sua decisão o mais rápido possível. O MME não enviou representante à reunião.

Tatau Godinho, da SPM, informou sobre o Lançamento do Anuário (SPM em parceria com o DIEESE), que ocorreu em São Paulo no dia 4 de julho e logo será lançado em outras cidades. O conteúdo constitui uma coleção de informações sobre a realidade das mulheres, e visa a estimular o uso de dados e indicadores como subsídios para se pensar políticas para as mulheres. A publicação encontra-se também disponibilizada no site da SPM.

Renata Rossi informou que o PPA da SPM foi elaborado com 3 programas: i) Autonomia das mulheres, ii) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres iii) Direito à Cidadania, mas mais recentemente foram propostas pela SPM apenas dois programas temáticos : i) Autonomia das mulheres, ii) Enfrentamento à violência, como alternativa à unicidade de programas, que foi o proposto à SPM inicialmente (Igualdade de Gênero). Monica Oliveira, representante da Seppir, observou que a Seppir luta para colocar no PPA dois programas: um para quilombolas e outro para promoção da igualdade e enfrentamento ao racismo (que frisou serem duas coisas bem diferentes, mas tradicionalmente confundidas). Vera Lúcia de Oliveira, representante do Ministério da Agricultura, afirmou que foi possível colocar uma ação específica (mulheres produtivas), além da questão de juventude e gênero, na formulação do regimento interno, que será publicado em um decreto futuro. Assim, haverá muito mais segurança para se trabalhar com o principal problema nos últimos seis anos, a saber, incluir a questão de gênero no orçamento.

Tatau Godinho, da SPM, explicou que o Fórum de Organismos de Políticas para as Mulheres reúne os órgãos executivos de política para mulheres dos estados e municípios e existe desde 2003. O levantamento é de que existem 320 municípios com algum tipo de estrutura de política para as mulheres, os quais apresentam as mais diversas composições e capacidades de influência. Participaram do Fórum mais de 240 municípios e 19 estados. No fórum, as seguintes apresentações foram realizadas: o IPEA propôs um debate sobre a situação geral das mulheres no Brasil; o MDS

fez uma apresentação sobre o Brasil sem Miséria; o MEC encabeçou uma discussão sobre o Brasil Alfabetizado; Gleisy Hoffmann participou de uma mesa sobre PPA, Orçamento e Reforma Política. Discutiu-se também sobre o desenvolvimento de transversalidades, entre os próprios organismos e, finalmente, debate sobre a III CNPM e sobre os eixos gerais prioritários para o próximo período. O Fórum aprovou uma carta aos/as prefeitos/as e governadores/as, insistindo na importância da criação e fortalecimento desses organismos. Houve eleição de representantes e discussão sobre a retomada de representação regional.

Tatau Godinho informou sobre o Fórum dos Direitos da Cidadania. Frisou ser essa uma ação interna do governo, na qual foram definidos 4 temas prioritários: *Brasil de paz sem Violência, Participação e ampliação do Estado, Desenvolvimento Social com Igualdade e Igualdade de Direitos*. Dentro desta foi escolhido para o 1º debate a temática igualdade de gênero. A SPM focou a autonomia econômica, pessoal e social das mulheres, com relevo para a mudança de valores e comportamento.

Sônia Malheiros Miguel, da SPM, anunciou o princípio da fase de conferências regionais e municipais (julho e agosto) e estaduais (setembro e outubro) de políticas para as mulheres. Estão marcadas 14 conferências estaduais, 6 de capitais e 30 conferências municipais e regionais. A Ministra encaminhou ofício às mais de 500 prefeituras para apoio aos organismos e aos eventos. Na página da SPM entrará no ar um *hotsite* específico com todas as informações (*já disponível quando da formulação desta memória*. Link: <http://www.conferenciadasmulheres.com.br/>). Ressaltou, ainda, que o texto-base das conferências estaduais estava sendo desenvolvido, o que proporcionará uma maior articulação de temas aos eventos. Dando continuidade ao informe, relatou que, paralelamente às conferências municipais e estaduais, essa fase subnacional da CNPM abre a possibilidade de **conferências temáticas**, que proporcionariam a maturação de questões específicas nos níveis locais. Pontuou que também está prevista uma **conferência governamental**, em relação à qual o Comitê do PNPM deve exercer um papel fundamental, juntamente com a Comissão Organizadora da Conferência.

Cecília Soares, representante dos Estados no Fórum de Organismos, expôs dúvidas sobre as conferências temáticas e sobre a forma de se levar os temas de uma conferência à outra, subindo até o nível estadual, e perguntou se é prevista eleição de representantes para este processo. Sônia Malheiros respondeu que não haverá eleição de delegados/as. Ressaltou que as conferências temáticas devem aprofundar o debate político local de idéias para preparar os/as participantes para as conferências municipais, estaduais e nacionais.

Rodrigo de Oliveira Júnior, representante do MEC, inquireu se há uma coordenação da 3ª CNPM com as demais conferências que estão acontecendo, como a conferência de juventude e de LGBT. Sônia Miguel respondeu que estão previstas 18 conferências e que há uma vontade de articulação destes eventos. Indicou que as Conferências LGBT, Mulheres Jovens, Marcha das Margaridas e Segurança Alimentar já apresentam iniciativas neste sentido, o que será realizado nos limites do pessoal e da estrutura.

Gleyde Ribeiro, da Secretaria de Juventude, comentou que há uma agenda de discussão e assinatura de protocolo de cooperação no caso da de Mulheres Jovens.

Joyce del Frari, representante da Secom, comentou que a Secretaria-Geral quer fazer um estudo para análise das conferências nacionais desde 2003 e que o Comitê de Articulação e Monitoramento poderia ajudar com resultados anteriores; a Secom, por sua vez, poderia ajudar a se preparar para as críticas da imprensa em relação às conferências. Ressaltou que os temas tratados por vezes se repetem e se superpõem, algumas questões são levantadas em praticamente todas as conferências,

exemplificando por meio da criação de conselhos de comunicação, que está em pauta em 83% das conferências.

4. Síntese das atividades dos Grupos de Trabalho do Comitê no 1º semestre: apresentação dos trabalhos realizados para subsidiar a 3ª CNPM.

Devido à necessidade de acompanhamento da Ministra a uma agenda do PPA, a subsecretária Renata Rossi teve que se ausentar, passando a coordenar a reunião Mariana Mazzini, da SPM. Mariana Mazzini comentou que o quórum geral nos GTs foi bem elevado e obteve sucesso quanto aos objetivos de dinamizar os trabalhos do Comitê e alavancar o preenchimento do SIGSPM. Informou que os GTs estão produzindo muito material, o qual se converterá em subsídios tanto para a Conferência quanto para a Avaliação do II PNPM.

Mariana Mazzini destacou que os 3 GTs tiveram uma agenda diferenciada, destacando que o GT de Transversalidade teve como atribuição a análise de indicadores e dados para revelar os avanços e desafios para as políticas para as mulheres. No GT de Implementação do Relatório do GT-9, o qual abarcava o enfrentamento ao sexismo, ao racismo e à lesbofobia, discutiu-se uma agenda de implementação e uma ampliação de sua abrangência, com monitoramento de inclusões relativas ao enfrentamento a estas formas de desigualdades, pelo menos, nos planos das secretarias diretamente relacionadas. Por fim, acerca do GT sobre Desigualdades Geracionais, relatou que foi de sua responsabilidade a análise do II PNPM e levantamento de ações relacionadas ao Eixo 10 e sua implementação, incluindo rodadas de debates com a Secretaria Nacional de Juventude e a Rosa de Lourdes, representante do CNDM.

Ana Margarida Koatz, representante do Ministério das Cidades, informou que ainda não foi definida a representação do MCID no Comitê e que essa foi a última reunião que ela e a sua suplente acompanharam enquanto representantes do órgão.

Vera Lúcia de Oliveira, representante do Ministério da Agricultura, expressou sua percepção positiva da estratégia dos GTs, propiciando discussões ricas em momento estratégico. Elza Maria Campos, representante do CNDM, elogiou a metodologia do GT de transversalidade por costurar as políticas públicas dando certa unidade e ao mesmo tempo se pensa qualitativamente.

Liliane Brum, representante do MS, declarou que foi ótima a metodologia de dividir o grupo para fomentar a comunicação com órgãos parceiros ou que trabalham em objetos relacionados. O MS saiu da 38ª reunião do Comitê do PNPM com uma proposta para gerar um GT interno no ministério, para dinamizar a questão da saúde das mulheres, que está difusa no Ministério. Pontuou que a estratégia gera benefícios para todas as áreas. Informou, ainda, que se verificou que algumas metas e indicadores não captam de forma adequada a complexidade de questões envolvidas no acesso à saúde, exemplificando por meio do “número de mamografias”, que não reflete a qualidade dos exames – tempo de espera, acuidade da análise.

Mariana Mazzini, da SPM, propôs, em caráter de encaminhamento, a seguinte agenda de trabalho para os GTs para o segundo semestre:

- seja dada continuidade aos GTs de transversalidade e de implementação do relatório do GT9 tal como se apresentam atualmente;
- o GT sobre desigualdades geracionais seja incorporado na agenda da SAIAT, já que esta já dispõe de estruturas sobre a questão, de modo a evitar sobreposição de esforços dentro da SPM;
- sejam fundidos o GT de autonomia econômica e política e o GT de infra-estrutura e desenvolvimento sustentável, por terem desenvolvido agendas semelhantes. Tal iniciativa reduzirá o número de GTs a cinco grupos, dos quais três (o novo GT assim criado, o GT de

educação e cultura e o de saúde e violência) devem acompanhar e subsidiar as atividades do Comitê;

- Os Gts resultantes, a saber, novo GT de autonomia, infra-estrutura e desenvolvimento sustentável, o GT de educação e cultura, o GT de saúde e violência, o GT de transversalidade e o GT de implementação do relatório do GT9 sigam trabalhando e se encontrem para monitoramento com periodicidade trimestral, o que poderia ser revisto conforme conveniência e oportunidade.

Após debates, os encaminhamentos foram aprovados pelas representações do Comitê do PNPM.

Elza Maria Campos, representante do CNDM perguntou sobre a forma pensada para a participação da sociedade civil nos GTs. Ao que Mariana Mazzini respondeu que se garantirá a continuidade da configuração participativa atual e que, para garantir o fluxo de informes, é relevante a participação de uma representante do CNDM em cada grupo. Afirmou que as representantes do CNDM, assim como as organizações de mulheres nos municípios e estados, poderiam indicar os grupos dos quais desejaria participar. Por fim, propôs que as representantes do CNDM indiquem, até a semana seguinte, quais são os GTs em que desejariam estar representadas.

Rosa de Lourdes, representante do CNDM, comentou que se os Ministérios agrupados em cada temática têm interesse de acompanhamento pelas organizações sociais, seria prático que custeassem o transporte das representantes, pois a SPM não possui os meios de garantir o montante necessário para o traslado de todos.

Ainda no que diz respeito ao balanço do II PNPM e à necessidade de realização de uma avaliação detalhada sobre o processo de sua formulação e implementação, Mariana Mazzini, da SPM, informou que está em andamento a contratação de uma equipe de especialistas para um estudo sobre a política para as mulheres que contemple tanto a avaliação da elaboração e das estratégias de implementação do II PNPM, quanto uma análise da avaliação que será construída no processo de realização da 3ª CNPM, em especial em relação ao balanço do que foi feito e as prioridades para o futuro.

5. Preenchimento do SIGSPM

Mariana Mazzini comunicou progresso relevante nessa frente, graças aos trabalhos dos GTs – e propõe-se que se fortaleça esta estratégia – mas ponderou que ainda há lacunas de preenchimento. Para demonstrar a questão suscitada, informou que foi feito um estado da arte do preenchimento do sistema. Ressaltou que o objetivo é não somente disponibilizar o relatório público para controle social, mas também contar com essa informação para a Conferência Nacional.

Gabriela Parente, da SPM, ao apresentar o levantamento em questão, recordou que os prazos para preenchimento foram estendidos, e que um relatório da situação atual do preenchimento do sistema será enviado para as representantes, para que estas verifiquem o que foi preenchido por cada órgão. Asseverou a importância de que sua análise pelos representantes de cada órgão não ultrapasse dois meses, depois dos quais será publicado o Relatório. Não obstante, prosseguiu informando, o sistema seguirá aberto para preenchimento, e a indicação das ações prioritárias para 2011 constará também da avaliação. Gabriela Parente sublinhou que alguns órgãos não responderam ao contato feito pela SPM. Mariana Mazzini reiterou que as informações a serem publicadas devem corresponder à realidade, portanto, não haverá publicação sem a validação dos órgãos.

Vera Lúcia de Oliveira, representante do Ministério da Agricultura, confirmou que a experiência de fazer o pedido de preenchimento do SIGSPM por aviso ministerial foi exitosa. Relatou que se observou ganho de legitimidade que facilitou o levantamento de informações no interior do ministério.

Liliane Brum, representante do Ministério da Saúde, comentou da excelência da formação para utilização do SIGSPM. Mariana Mazzini salientou que a SPM continua disponibilizando servidoras para iniciar as representantes de cada área ou as pessoas que sejam por elas designadas à utilização do SIGSPM.

Foi proposta, por Mariana Mazzini, pactuação do dia **31 de julho** como data-limite para que cada órgão preencha as ações de 2010 e indique as ações prioritárias para 2011 no SIGSPM. A SPM poderá assim trabalhar as informações em agosto e retomar a questão na reunião de setembro do Comitê do PNPM

Liliane Brum propôs associar ao envio do Relatório de Preenchimento do SIGSPM uma lista com os estados que já estão organizando suas conferências, para que o MS possa trabalhar com essa informação.

6. Encaminhamentos finais.

Mariana Mazzini, da SPM, remetendo aos debates anteriores acerca do preenchimento do SIGSPM e às atividades dos GTs do Comitê do PNPM, propôs que fosse definida uma agenda de trabalho semestral para a segunda metade de 2011.

Para além das questões já abordadas ao longo da reunião, Mariana Mazzini indicou que, no próximo período, serão priorizadas as agendas sobre a conferência, e que o tema deve estar incorporado a essa agenda de trabalho. Destacou, ainda, a relevância de se aprofundar o conhecimento sobre algumas políticas específicas.

Após o debate entre as representações presentes, definiu-se, como encaminhamento, que seriam realizadas, no segundo semestre de 2011, duas reuniões ordinárias, com indicativo de realização para 13 de setembro e 17 de novembro de 2011, respectivamente.

A 40ª reunião ordinária do Comitê, conforme o encaminhamento definido, teria como pauta o debate sobre os resultados dos GTs, a realização da Conferência Governamental e uma mesa temática de debates, cujo tema seria a política de creches e a divisão sexual dos cuidados.

Em relação à 41ª reunião ordinária, a pauta definida abarcaria uma avaliação e balanço da implementação do II PNPM e das atividades do Comitê, a preparação das representações para a Conferência Governamental e uma mesa temática de debates, cujo tema seriam as obras do Programa de Aceleração ao Crescimento do PAC-2 e o impacto na vida das mulheres.

Por fim, Mariana Mazzini propôs a realização de uma reunião extraordinária do Comitê do PNPM, possivelmente em outubro, que consistiria na 2ª Oficina sobre Mecanismos de Gênero, a fim de debater o material resultante da oficina realizada em 2010, bem como pactuar uma agenda de trabalho para os próximos anos, no que se refere o tema. Comprometeu-se, ainda, com a publicação do material em questão, ainda que em formato digital. O encaminhamento sugerido foi aprovado e incorporado à agenda de trabalho do segundo semestre.

Cecília Teixeira, representante dos Estados no Fórum de Organismos, solicitou que se fizesse contar na pauta seu pedido reiterado para o envio de ofício, pela SPM, ratificando as representações dos organismos de políticas para as mulheres nos estados e municípios.

Fechando o último ponto de pauta, Mariana Mazzini encerrou a reunião agradecendo a presença de todas/os presentes e lembrou que a próxima reunião será realizada na data provável de 13 de setembro.